



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 4/2015

Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcútem

Realizada em 25 de fevereiro de 2015

----- Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcútem, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo dos Santos Gonçalves, José Carlos da Palma Pereira, Paulo Jorge Cavaco Paulino, Dalila Manuela Costa Barros e José D'Assunção Pereira Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: ---

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 03/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 11 de fevereiro de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-
dois da Tesouraria (n.º36) respeitante ao dia 24 de fevereiro, que apresentava
os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.471.400,99 (um milhão
quatrocentos e setenta e um mil, quatrocentos euros e noventa e nove cêntimos).

----- Operações Orçamentais - € 1.093.930,40 (um milhão, noventa e três
mil novecentos e trinta euros e quarenta cêntimos); -----

----- Operações Não Orçamentais - € 370.058,44 (trezentos e setenta mil e
cinquenta e oito euros e quarenta e quatro cêntimos). -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente, Osvaldo
Gonçalves interveio para solicitar a inclusão dos seguintes pontos
“**PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A
ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA E DESPORTO E ARTE
DOS BALURCOS/Comparticipação Financeira – Ano de 2015**” e “**ASSOCIAÇÃO DE
GUITARRAS DO ALGARVE – Acordo de Cooperação ano de 2015**”, na ordem de
trabalhos. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, a
inclusão dos pontos, na ordem de trabalhos. -----

----- Continuou de seguida, dando nota das informações solicitadas, no que
concerne ao número de apoios do Programa de Incentivo à Natalidade, no ano
de 2014, bem como do número de Contratos de Emprego de Inserção (CEI)
existentes na Edilidade e Junta de Freguesia. Findou entregando documentos,
referentes ao Comandante Operacional Municipal (COM). -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para alertar para a falta
de informação, sobre os valores contabilísticos, referentes à formação da
proteção civil, ao qual foi esclarecido que não ocorrem quaisquer custos com a
mesma. O vereador continuou a sua intervenção apresentando uma
declaração/protesto, referente à Empreitada de Execução do Espaço Guadiana,
a qual se transcreve e se anexa à presente ata para os efeitos legais: -----

*“ Em reunião pública de 8/10/2014 alertamos para o incumprimento do
empreiteiro em termos de prazo para a conclusão da obra do espaço guadiana,
considerando estarmos perante um incumprimento nunca antes visto na gestão*

RF

do Concelho e considerando que estes incumprimentos têm que ser sancionados pela Câmara, de acordo com o previsto no caderno de encargos e código dos contratos públicos; Visto que:-----

- A data de consignação da empreitada foi em 01.04.2014;-----

- O prazo da obra é de 90 dias;-----

- Que a data de conclusão da empreitada estava prevista para 07.07.2014;----

- Que foi concedida uma 1ª prorrogação de prazo de 30 dias até 06.08.2014;--

- Que foi concedida uma 2ª prorrogação de prazo de 26 dias até 01.09.2014;--

- Que foi concedida uma 3ª prorrogação de prazo de 30 dias até 01.10.2014;--

- Que foi concedida uma 4ª prorrogação de prazo de 30 dias até 31.10.2014, com voto contra dos vereadores do PSD;-----

- Que a divisão técnica recomendou em todas as informações sobre prorrogações de prazo, que o empreiteiro deveria acautelar atempadamente a programação e execução dos trabalhos, com o reforço, se necessário, das equipas de mão-de-obra, nas várias frentes de trabalho que poderão funcionar em simultâneo, no decurso da obra, por forma a se evitarem novos atrasos na conclusão da empreitada, que poderá resultar na aplicação de penalidades, de acordo com o previsto no caderno de encargos e código dos contratos públicos;

- Que as prorrogações de prazo perfazem um total de 116 dias, representando uma derrapagem de aproximadamente 130%;-----

- Que findo o prazo das prorrogações alertamos em sucessivas reuniões, o senhor presidente, como consta nas atas, para o facto das obras continuarem e para tal não existir qualquer deliberação da Câmara. -----

- Que efetuamos visita à obra acompanhada dos respetivos técnicos e concluimos que as obras não se encontravam concluídas e que não se tratavam apenas de retificações, mas sim trabalhos previstos em projeto e caderno de encargos que não se encontravam realizados.-----

- Que em reunião de 28/01/2015 voltamos a questionar o senhor presidente sobre tal irregularidade, tendo sido afirmado que foram dados mais 15 dias.

- Em reunião de 11/02/2015, depois de questionar o senhor presidente, sobre os trabalhos da obra em causa, somos informados que foi efetuada uma comunicação ao empreiteiro para se pronunciar no prazo de 10 dias e que a falta de pronúncia será entendida como ausência para a resolução do contrato,

21

a informar o seguinte: “na presente data encontra-se ultrapassado o prazo concedido para a conclusão de todas as retificações e conclusão dos trabalhos de acordo com o auto de vistoria.-----

Da situação da empreitada, em virtude de se encontrarem ultrapassados todos os prazos já concedidos para a sua conclusão, advém prejuízos para o Município de Alcoutim, pela privação de usufruto do espaço, bem como pela dificuldade na conclusão dos trabalhos de outra empreitada de montagem de equipamento de som, iluminação e mecânica de cena de palco, que se encontra suspensa”.-----

Considerando que depois dos alertas dos vereadores do PSD, relativo ao término do prazo da obra passaram 115 dias e estas continuam com o conhecimento do Senhor Presidente;-----

Considerando que juntando aos 116 dias de prorrogações de prazo de 115 dias, a obra totaliza uma derrapagem de 231 dias quando o prazo de conclusão era de 90 dias;-----

Mostramos o nosso desagrado pela forma como esta a ser efetuada a gestão do município e nomeadamente a gestão desta obra, que revela pouca preocupação, falta de rigor e irresponsabilidade no que respeita à gestão dos dinheiros públicos;-----

Os vereadores do PSD”. -----

----- A vereadora, Dr^a Dalila Barros usou da palavra para mencionar que solicitou há bastante tempo, cópia da nomeação do COM e informação sobre as entradas do Castelo, do ano de 2013, e ainda não lhe foram entregues. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que relativamente aos CEI o presidente esclareceu apenas o assunto na presente reunião, todavia, continua com dúvidas, sobre as renovações existentes e serviços que os colaboradores se encontram afetos, dado, que não tiveram acesso aos contratos. -----

----- A vereadora, Dr^a Dalila Barros usou da palavra para questionar se os vereadores opositores tem ou não liberdade, para consulta de processos/documentos da Autarquia. -----

----- O presidente interveio para solicitar a intervenção/colaboração do vereador sr. Paulo Paulino, a fim de prestar esclarecimentos adicionais, sobre

a Empreitada de Execução do Espaço Guadiana, tendo o mesmo intervindo para informar que a Edilidade rececionou correio eletrónico do Empreiteiro, a acusar a receção do ofício enviado. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se continuamos em obra? Ao qual foi esclarecido que estão a decorrer, os trabalhos de correção. -----

----- O presidente, sr. Osvaldo Gonçalves usou da palavra para elucidar que a preocupação existente no passado, em solucionar os problemas/situações “*é a mesma que nós temos*”, dado que as diligências tomadas, no que concerne à Empreitada de Execução do Espaço Guadiana, têm sido no sentido de conclusão da obra, com a maior celeridade possível, e não a de incorrer em riscos de má gestão para o Município, dando como exemplos obras, do anterior executivo, que não terminaram no prazo previsto, designadamente Edifício dos Paços do Concelho e Edifício da Casa do Capitão Mor, “*em que os vereadores opositores na altura, nunca fizeram grande alarido nas reuniões*”. Informou ainda que facultará o despacho da nomeação do COM, durante a reunião, tendo de seguida feito/realizado o ponto de situação, sobre os CEI. -----

----- O vereador, sr. José Galrito interveio para acrescentar que os colaboradores dos CEI são encaminhados para os diferentes encarregados. ----

----- O presidente interveio novamente para frisar que as respostas às questões apontadas devem ser assertivas, e nesse sentido, leu de seguida informação dirigida em 05/12/2013, aos vereadores opositores, a qual se transcreve para efeitos legais: -----

Na sequência do vosso requerimento sobre o assunto em epígrafe, encarregame o Exm.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcoutim de informar que os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a atividade municipal, nos termos no n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, estando este Executivo Municipal especialmente empenhado no cumprimento deste e dos demais direitos consagrados no Estatuto do Direito de Oposição, nomeadamente perante os restantes membros da Câmara e o plenário da Assembleia Municipal. Dessa forma, está consagrado um período de antes da ordem do dia, que deverá ser utilizado para apresentação de

PI

pedidos de informação, moções, requerimentos, declarações políticas, esclarecimentos e protestos, nos termos previstos nos n.º 1 e 2 do artigo 8.º do Regimento da Câmara Municipal. Nos termos da Lei, todas as reuniões de Câmara serão precedidas da necessária convocatória e envio da ordem do dia, bem como do texto das propostas agendadas e respetiva documentação, nos termos anteriormente aprovados e constantes dos artigos n.º 2 e n.º 8 do mesmo documento. De igual forma, já foram dadas instruções aos serviços municipais para apresentarem em todas as reuniões ordinárias uma listagem dos despachos proferidos pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal ao abrigo da delegação de competências, aprovada nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, a qual fará parte integrante da ata da reunião. Complementarmente, informamos V. Ex.ªs que é propósito deste Executivo Municipal desenvolver uma política de abertura, rigor e transparência com os cidadãos alcoutenejos, em geral, e com os eleitos locais, em especial, estando a ser adaptado o novo sítio na Internet para albergar toda a informação sobre a atividade municipal mais relevante, que atualmente encontra-se dispersa e/ou indisponível para consulta pública. Com os melhores cumprimentos, José Graça Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência". -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se o conteúdo do e-mail terá que ser cumprido? bem como adiantar que os requerimentos/solicitações apresentados, pelos vereadores opositores, nem sempre são satisfeitos por esquecimento/falhas do presidente, e como tal considera que deve existir cumprimento/seriedade por ambas as partes, uma vez "que por um lado aplica –se a base na Lei do direito à oposição, por outro esquece-se da Lei do direito à oposição". -----

----- A vereadora, srª. Drª. Dalila Barros usou da palavra para explicar o significado da palavra oposição, designadamente "acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas", fazendo de seguida menção a uma intervenção do vereador sr. José Galrito, na reunião de 24 de setembro, do ano transato, no que concerne à consulta de documentos. Ainda mencionou que no dia 23 de fevereiro "quis" consultar os processos do CEI e CEI+, e foi informada pela técnica responsável, no impedimento do Chefe de Divisão, que existiam procedimentos a seguir, para consulta de processos, e nesse sentido

1
✓

questiona “*se existe desconfiança dos vereadores opositores, ou os processos não estão devidamente organizados*” e como deve “*proceder daqui para a frente*”, bem como que não tinha conhecimento do e-mail lido pelo presidente.

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que “*existe um chefe de gabinete que contradiz aquilo que o executivo permanente diz, estamos a brincar, ou temos acesso ou não temos aos documentos*”. Findou referindo que a sr^a. vereadora dirigiu-se a quem de direito, para consulta de documentos. -----

----- O presidente usou da palavra para acrescentar que as solicitações/questões apontadas na reunião, que não forem facultadas, no momento, serão entregues, dentro do prazo, e que as informações devem ser dirigidas por escrito, para que não existe constrangimento, durante as horas laborais dos funcionários, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira acrescentado que os vereadores opositores respeitam os funcionários, não pode é “*existir a proibição*” da sua entrada, nos gabinetes dos mesmos, bem como que as atitudes tomadas “*vão contra a liberdade de oposição conseguida, no 25 de abril*”. ---

----- O presidente usou da palavra para mencionar que não estava a proibir a entrada nos gabinetes. -----

----- O vereador, sr. José Galrito interveio para referir que não existe qualquer problema das informações serem apresentadas por escrito, “*se era isso que me solicitavam, quando eu queria consultar qualquer assunto*”. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para mencionar que não corrobora com a limitação imposta, “*nesta reunião*” para acesso aos documentos da Edilidade, no entanto, espera que o presidente “*também cumpra*” a Lei do Direito à Oposição e Regimento da Câmara e “*tenha sempre os documentos em dia*”, quando solicitados por escrito, dado que os vereadores opositores tem sido condescendentes em determinados assuntos/matérias. De seguida referiu que age e trabalha da forma como entende, e como tal considera que tem que existir uma aceitação, de ambas as partes. Relativamente às obras do Espaço Guadiana e à falta de rigor com que as mesmas têm decorrido, alertou anteriormente para o prejuízo que a situação causa ao Município, e que agora foi assumida pelo executivo, nas comunicações (e-mail e ofício) que efetuou ao empreiteiro, devendo existir sempre um esforço para levar a obra a “*bom*

1

porto". Contudo, salientou que esta empreitada não pode ser em nada comparada com as dos edifícios da GNR/DOPGU e dos Paços do Concelho, em que ocorreram também prorrogações de prazo, aprovadas pela Câmara Municipal, mas não ultrapassaram todos os limites, como tem acontecido com o Espaço Guadiana. Existem regras e leis que têm que ser cumpridas, pelo que a partir do momento em que o prazo ultrapassou todos os limites plausíveis, isto é, a partir da quarta prorrogação, os vereadores da oposição passaram a votar contra, até porque a os argumentos da fiscalização não eram válidos, pelo que a partir daquele momento deveria ter sido punido o empreiteiro. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino interveio para justificar que o prazo definido para a conclusão da obra era de 90 dias, por questões de financiamento, pelo que no caderno de encargos não poderia estar definido um prazo maior. Era uma imposição do programa de financiamento comunitário POCTEP – Programa de Cooperação Transfronteiriça, que se não fosse cumprida correríamos o risco de não ser aprovado. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para referir que a Câmara Municipal tinha obrigação de ter alterado o prazo de conclusão da obra antes de abrir concurso para execução, porque era evidente que em 90 dias não era possível a sua execução. -----

----- O vereador, sr. Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que foi informado pelos técnicos que só poderia solicitar prorrogação de prazo, depois de entrar em obra, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira usado da palavra para referir que não corrobora com o mencionado, dado que poderia ter ocorrido uma retificação ao projeto, porque *“os senhores lançaram a obra, com três meses, quando sabiam que não a conseguiam concluir”*. -----

O vereador, sr. Paulo Paulino continuou a sua intervenção esclarecendo que se a obra em questão, fosse decidida, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento do Algarve (CCDR), a situação resolvia-se de diferente forma, tendo o vereador sr. José Carlos Pereira adiantado que a Lei é igual para todas as entidades, e que alertou várias vezes para a situação, ao longo das várias reuniões do executivo. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para referir que teve conhecimento, através de cópia distribuída da intervenção escrita do

91

presidente, na Assembleia Municipal, do despacho de nomeação do novo adjunto (a), e nesse sentido questiona a razão pela qual os vereadores da oposição, não tiveram acesso ao mesmo, dado que é um cumprimento do direito da oposição, bem como solicitar informação sobre as remunerações auferidas e deslocações do gabinete de apoio à presidência, e se as mesmas *“vão-se tornar públicas como fizeram com o gabinete do anterior executivo, durante a campanha eleitoral, na internet e mesas de café... , afinal Alcoutim não é para todos, ou só é para alguns”*. -----

----- O presidente interveio para mencionar que o slogan incomoda as pessoas que estavam habituadas que *“Alcoutim fosse só para algumas pessoas, e é para todos”*. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira interveio para questionar se existiu ou não falha, por parte do presidente, na falta de informação, no que concerne ao despacho do Adjunto, ao qual foi esclarecido pelo sr. presidente que *“não existiu falha”* e que distribuirá, durante a reunião, cópia do despacho. -----

----- O vereador, sr. José Galrito usou da palavra para mencionar que *“enquanto oposição”*, nunca teve acesso à documentação da Assembleia Municipal, e que não há qualquer interesse, por parte do executivo permanente em omitir a informação, relativa ao despacho de nomeação do adjunto.-----

----- O vereador sr. José Carlos Pereira interveio para acrescentar que essa informação, da Assembleia Municipal é disponibilizada, uma vez que *“a solicitámos”*, bem como que é obrigação do executivo permanente, informar das alterações existentes a nível de gabinete, pelouros, etc. Continuou a sua intervenção mostrando a sua preocupação no que se refere ao previsto no n.º 4 e 6 do artigo 62.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro do Orçamento de Estado (OE), nomeadamente sobre a limitação ou não da entrada de pessoal, nos quadros da Autarquia e/ou a penalização de 20% nas transferências de Estado, e nesse sentido questiona se a Edilidade cumpriu o estipulado no referido artigo, dado, que estão em causa postos de trabalho e receitas, ao qual o presidente informou do não cumprimento por parte da Câmara Municipal, tendo de uma forma sintetizada explicado que essa Lei, obriga a cumprir no ano de 2015, limites fixados e determinados com base nas contas de 2014, mas que, no caso de Alcoutim, só não pode aumentar custos, não está em causa a perda de

Rf

verbas. O vereador ainda deu nota que gostava de ter documento por escrito com a informação prestada, designadamente as consequências previstas para o Município. -----

----- O presidente interveio para solicitar a colaboração do Chefe de Divisão, Dr. João Dias, para esclarecimentos adicionais, e informar que a regra imposta do OE *“apanhou-nos um pouco desprevenidos”*, e para cumprirmos o rácio mencionado no referido artigo, teríamos que ter atingido um valor inferior a € 800.000,00 (oitocentos mil euros), com despesas efetuadas com pessoal. --

----- O Chefe de Divisão, Dr. João Dias interveio para fazer um esclarecimento sucinto, sobre o assunto. -----

----- O vereador, sr. José Carlos Pereira usou da palavra para mostrar novamente a sua preocupação, dado, que é um assunto de extrema importância, tendo em conta a contratação de pessoal, e nesse âmbito questiona, se as vagas que constam no mapa de pessoal, no orçamento para 2015 avançam ou não? Tendo o presidente esclarecido que não existe qualquer problema com as vagas que transitaram de 2014. O vereador continuou a sua intervenção para frisar que deve existir uma averiguação/estudo sobre essa situação, uma vez que os contratos desses colaboradores irão ser assinados em 2015. Findou reforçando que é uma preocupação grave o não cumprimento da norma do OE, e que devia ter existido maior ponderação/reflexão. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **EMPREITADA DE ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS/LAR DE MARTIM LONGO - Adiantamento:** Foi presente uma proposta do sr. vice - presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se aprove o adiantamento ao valor da Empreitada de Estrutura para Pessoas Idosas – Lar de Martim Longo, no montante € 65.638,60 (sessenta e cinco mil seiscentos e trinta e oito euros e sessenta cêntimos), nos termos do parecer da Divisão de Obras Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos. -----

----- A vereadora, sr^a. Dr^a. Dalila Barros interveio para alertar para uma incorreção existente, no processo. -----

1

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Carlos Pereira e Dr^a. Dalila Barros aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PLANOS MUNICIPAIS PARA A IGUALDADE:** Foi presente uma informação da Divisão de Ação Social, Saúde e Educação, no sentido de ser aprovado um Protocolo de Cooperação entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e o Município de Alcútem, com vista à dinamização das Ações previstas, nomeadamente a criação do Plano Municipal para a Igualdade.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o presente protocolo de cooperação. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **BOLSAS DE ESTUDO PARA ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR DO CONCELHO DE ALCÚTEM – ano Letivo de 2014/2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar a não aceitação da reclamação, uma vez que a exclusão está fundamentada no regulamento em vigor, bem como aprovar a Lista Definitiva de Atribuição de Bolsas de Estudo, para estudantes do ensino superior, respeitante ao ano de 2014/2015. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

RF

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – Comparticipação Financeira:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 644,41 (seiscentos e quarenta e quatro euros e quarenta e um cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim, para fazer face às despesas com a reparação de equipamento das emissões televisivas. -----

----- A vereadora, sr.ª Dr.ª. Dalila Barros usou da palavra para solicitar cópia das faturas, referente às despesas efetuadas. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM/INTER-VIVOS – ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO NORDESTE ALGARVIO – I ENCONTRO 4 HORAS TT PEREIRO – Comparticipação Financeira** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro deliberar aprovar a comparticipação financeira de € 2.600,00 (dois mil e seiscentos euros), à Associação de Jovens do Nordeste Algarvio/Inter-Vivos, para fazer face às despesas com a organização do I encontro 4 Horas TT Pereiro –Alcoutim, no dia 28 de fevereiro. -----

----- A vereadora, sr.ª Dr.ª. Dalila Barros usou da palavra para solicitar cópia das faturas, bem como referir que “*mais uma vez*” a Associação “*A Moira*” foi esquecida nos apoios, tendo de seguida o vereador sr. José Galrito esclarecido que a organização do evento ficou a cargo, da Associação Inter-vivos e Grupo Desportivo de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CONTRATO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM E O CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO:** Assunto retirado, para esclarecimentos adicionais. -----

----- **CAT CENTRO DE APOIO AOS TRABALHADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM – Isenção de Taxas de Ruído:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa requerida, pelo Centro de Apoio aos Trabalhadores da Câmara Municipal de Alcoutim, para a atividade a realizar no dia 3 de abril, do ano corrente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **CASA DO SPORT LISBOA E BENFICA DE VRSA – Isenção de Taxas de Licenciamento de Atividade Desportiva:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, nos termos do n.º 4 do artigo 10.º do Regulamento Municipal de Taxas Licenças e outras Receitas, reconheça a concessão da isenção da taxa requerida, pela Casa do Sport Lisboa e Benfica de Vila Real de Santo António, para a atividade a realizar no dia 8 de março, do ano corrente. -----

AF

----- Os vereadores opositores intervieram para solicitar esclarecimentos sobre o tipo de prova, dado, que a informação disponibilizada estava incompleta, ao qual foi esclarecido que se tratava de prova de cicloturismo, com o circuito VRSA/Castro Marim/Alcoutim, no dia 08 de março. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, CULTURA E DESPORTO E ARTE DOS BALURCOS/Comparticipação Financeira – Ano de 2015:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar retificar a cláusula segunda do respetivo Protocolo de Colaboração quanto ao valor a compartilhar, retirando o valor de € 115.930,00 e substituindo por € 94.648,84 a libertar em 4 tranches, sendo a 1.ª de € 23.687,70 a libertar após os devidos efeitos da presente tomada de deliberação, a 2.ª de € 23.666,76 a libertar no início de maio de 2015, a 3.ª de € 23.647,19 a libertar no início de agosto de 2015 e a tranche de € 23.647,19 a libertar no início de novembro de 2015, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho e para os efeitos do disposto no artigo 14.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e conjugado com o disposto na alínea o) e alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO DE GUITARRAS DO ALGARVE – Acordo de Cooperação ano de 2015:** Foi presente uma proposta do sr. vice-presidente da Câmara, a qual

se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33 da Lei 75/2013, de 12 de setembro, deliberar aprovar a atribuição de comparticipação financeira, referente ao Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Alcoutim e Associação Guitarras do Algarve, com um encargo anual de € 14.177,95 (catorze mil cento e setenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Carlos Pereira e Drª. Dalila Barros aprovar a referida proposta. Apresentaram a seguinte declaração de voto: ----

“Face à situação do país em que deve haver contenção de custos e considerando que dos dezasseis municípios do Algarve, apenas dois financiam este projeto, sendo o Município de Alcoutim a contribuir com € 14.177,95 e Aljezur com apenas, aproximadamente € 3000,00, consideramos o valor em causa, demasiado elevado, face a outras receitas da Associação, por esse motivo abstemo-nos”. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, João Miguel Vitorino Dias, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

O Presidente



O Secretário

